



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Especialização em Comunicação e Saúde

CES

**AS MARGENS DA SAÚDE: INTERDISCIPLINARIDADE NA
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA EDITORA FIOCRUZ**

Augusta Porto Avalle

Projeto de Pesquisa

Orientador: Rodrigo Murinho de Martinez Torres

Rio de Janeiro, 2017



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SAÚDE

AS MARGENS DA SAÚDE: INTERDISCIPLINARIDADE NA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA EDITORA FIOCRUZ

por

AUGUSTA PORTO AVALLE

Trabalho apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Comunicação e Saúde.

Modalidade de trabalho: Projeto de Pesquisa

Orientador: Rodrigo Murtinho de Martinez Torres, doutor

Rio de Janeiro, Abril/2017

RESUMO

As editoras acadêmicas são instâncias importantes de mediação do conhecimento produzido em instituições de ensino e pesquisa. Na área da saúde, a Editora Fiocruz publica livros que abarcam os diversos campos da ciência e saúde pública desde 1994. Considerando-se o poder simbólico do livro como meio de difusão e ampliação do conhecimento em saúde e suas interfaces e da Editora Fiocruz na constituição, consolidação e fortalecimento de campos de saber interdisciplinares, busca-se compreender o papel da Editora na configuração do conhecimento das ciências sociais e humanas em saúde. Utilizam-se, de modo central, os conceitos de campo científico, lugar de fala, *ethos* e comunidades discursivas. Por meio de análise discursiva de *corpora* produzido por autores convidados a escrever textos de orelha e quarta capa dos livros classificados no subcampo das ciências sociais e humanas em saúde, analisa-se a produção acadêmica da Editora Fiocruz no período de 2011 a 2016.

Palavras-chave: editoras acadêmicas – interdisciplinaridade – saúde coletiva – campo científico – ciências sociais e humanas em saúde.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
3 OBJETIVOS.....	15
4 JUSTIFICATIVA.....	17
5 HIPÓTESE.....	18
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
7 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
7.1 ENTRADAS ANALÍTICAS.....	32
8 EXERCÍCIO EXPLORATÓRIO DE ANÁLISE.....	34
9 CRONOGRAMA DE PESQUISA.....	39
10 REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Um dos processos de sistematização e disseminação do conhecimento científico em diversos campos do saber é concretizado na preparação de livros. A ressalva sugerida pela expressão “um dos” pretende reconhecer a existência de outras formas de dar visibilidade à produção intelectual oriunda das instituições acadêmicas, como os periódicos científicos, especialmente os arbitrados por pares, fundamentais não só para tomada de decisões estratégicas e definição de metas, como fontes de subsídio para a construção do arcabouço de conhecimento em determinada área. Na grande área da saúde e suas interfaces, na qual nos incluímos nesta pesquisa, nos centraremos na cultura do livro acadêmico – no âmbito de uma tradição das editoras universitárias ou vinculadas a instituições de pesquisa no contexto brasileiro –, na conformação de campos de saber. Para tanto, interessa-nos compreender os funcionamentos e particularidades do livro e de suas práticas de produção e apropriação.

De modo geral, as editoras acadêmicas cumprem o papel de ampliar o acesso ao conhecimento científico produzido nos distintos campos e subcampos por meio de livros que refletem processos editoriais específicos para averiguar a relevância, pertinência e impacto do estudo. Para tanto, utilizam-se procedimentos de avaliação com o intuito de assegurar a excelência acadêmica e atestar a qualidade da produção intelectual.

O livro, como meio importante de difusão e ampliação do conhecimento em saúde, é um produto de comunicação com particularidades: é de caráter mais perene, consolida trajetórias de pesquisa, envolve custos e temporalidades distintas daquelas dos meios de comunicação de massa. Fruto de uma tradição cultural, para Houaiss “o livro integra a civilização e a cultura de forma fecunda e perdurante: ainda somos uma civilização escrita e o seremos mais, nos milênios por vir” (*apud* ARAÚJO, 1986, p.18). Portanto, ainda que sob formas não físicas ou materiais, o livro é meio privilegiado de enriquecimento cognitivo, cultural, científico e indicador de desenvolvimento.

A trajetória do livro e de seus modos de apropriação é indissociável da história da comunicação. No Renascimento, a ideia se transforma num objeto de

comunicação, “um *objeto mental* que passava a poder ser transportado, transferido, enriquecido, verificado, emendado, modificado ou combinado, uma vez que não estava ligado a um sistema teológico que o normalizava e restringia sua circulação” (VILLAÇA, 2002, p.33), a ideia, portanto, descola-se de instituições de poder hegemônicas, como a Igreja, na Idade Média. O livro adquire um valor por ser o meio em que as ideias passam a circular de modo comercial, graças também às técnicas de reprodução e difusão criadas por Gutenberg em meados do século XV.

A disseminação do livro com o aperfeiçoamento da imprensa de tipos móveis, transforma a relação com os textos. O Renascimento representa a retomada de textos clássicos greco-romanos; as bibliotecas renascentistas e o culto ao saber dessa época conferem ao livro um emblema de poder e a atitude diante deles é de vaidade. Os humanistas consagram a leitura como ato de esclarecimento e iluminação da razão, enfoque até então obscurecido pelas publicações anteriores, góticas, de cunho religioso, em que a leitura era um ato de repetição e memorização, de modo a apreender um conhecimento ordenado, de correspondências, decifrável, exigindo somente recepção.

A importância do livro como elemento real de comunicação, seu poder de representação e de abertura à medida que é apropriado por distintos sujeitos leitores, a aura sagrada que adquire como objeto de fruição e apreensão de efeitos de verdade é assim sintetizada por Carreter:

Esta capacidade simbolizante do livro tem seu corolário na antropomorfização ao qual o temos submetido. A letra tem corpo, cabeça, pé, a deitamos e a levantamos; vestimos o livro, o colocamos de pé, o fazemos falar, conferimos a ele um estado (...) o queimamos como responsável por contaminações heréticas. Esta com-fusão livro-homem favorece a operação da sacralização que opera naqueles que se apropriam de seu conteúdo. Mas não somente neles. A sacralização parece que funciona também no simples fato de possuí-los.¹ (1998, p.336)

A esse caráter secular e ao mesmo tempo solene do livro corresponde uma autoridade como fonte privilegiada de acesso ao conhecimento que, na transição do Iluminismo para a profissionalização, passa a ser dividido em

¹ Tradução minha.

campos: “No século XIX, esses campos se transformaram em profissões, certificados por doutorados e protegidas por associações profissionais, e se metamorfosearam em departamentos de universidades” (DARNTON, 2010, p.26). A compartimentalização do saber em campos, especializações está intimamente ligada com as relações de poder e as disputas por hegemonia do conhecimento – agora descolado das antigas formas de dominação – e com a criação do campo de atuação dos intelectuais e, desse modo, também se compreende a literatura “como um campo de poder composto de posições que competem entre si dentro das regras de um jogo, que por sua vez está subordinado às forças dominantes da sociedade em geral” (DARNTON, 2010, p.23).

A especialização do conhecimento, sua divisão em campos traz consequências para a produção e circulação dos saberes e restrições à visibilidade do todo, de uma totalidade. Os detentores desses saberes especializados, os intelectuais, convivem com o que Francisco de Oliveira denominou de relação dialética entre intelectual, conhecimento e espaço público:

a promessa de ampliação do espaço público e de interação com os intelectuais e com a busca do conhecimento começa a virar contra si mesma. As especializações começam a cercar o espaço de liberdade. Esse espaço de liberdade, da investigação passará a ser privilégio daqueles que detêm esses saberes, passará a ser privilégio de quem detém os códigos de acesso aos novos saberes. (2004, p. 57)

Um dos efeitos danosos da fragmentação do espaço de construção do conhecimento é a criação de universos restritos e circunscritos, em que a interação com o público é reduzida e o diálogo é exclusivo a um grupo seletivo de ilustrados. Oliveira adverte que esse conhecimento ensimesmado da academia se converte em mercadoria, dado que “uma mercadoria só se reproduz pela sua mimese, pela sua homogeneidade; a mercadoria recusa a diferença, recusa o diverso, recusa o plural; a mercadoria é univocidade” (2004, p. 58).

A comercialização do conhecimento redundando não só na criação de mercados segmentados de consumidores – e não interlocutores, posto que o espaço passa a ser privatizado pelos detentores dos saberes, mas também na reprodução de comportamentos moldados por esses conhecimentos, criando um movimento mimético, “que se repete incansavelmente” (OLIVEIRA, 2004, p. 59).

O desafio que se coloca para os intelectuais é o de afirmar o conhecimento no espaço público, de buscar a totalidade, o progresso e uma compreensão abrangente. Em um mundo de mudanças rápidas e revoluções tecnológicas, em que as indeterminações e incertezas tornam cada vez mais inatingível a verdade absoluta, é preciso que, embora partindo de disciplinas particulares, criem-se modos genuínos e autênticos de interpretação das condições materiais do mundo contemporâneo. De acordo com Milton Santos: “Isso se exerce através de metadisciplinas, única base válida para alcançar o Mundo e produzir e conduzir interdisciplinaridades. Trata-se de um conhecimento global conseguido a partir de parciais” (SANTOS, 2004, p.168).

O diálogo entre campos do saber torna-se uma necessidade para evitar a segregação e a exclusão dos que não participam das turmas e grupos acadêmicos e também uma forma de comprometimento com um conhecimento não utilitário e fragmentado. O papel dos intelectuais nas instituições acadêmicas é o de buscar um espaço ampliado para a construção do saber, mediante o intercâmbio de visões em busca de uma totalidade, e, para tanto, deve almejar o conhecimento multidisciplinar. Uma das formas de estimular a produção acadêmica multidisciplinar e contribuir para a inovação no campo acadêmico é traduzir o conhecimento científico em um produto editorial que possa alcançar interlocutores diversos, gerando reflexões e debates no espaço público. O livro tem seu espaço garantido como meio privilegiado para a produção do conhecimento nas editoras universitárias do país, ainda que a cobrança por produtividade no mundo acadêmico por meio da demanda de artigos e a valorização dos índices de impacto da produção científica indiquem um favorecimento para a publicação em periódicos em algumas áreas do conhecimento, como a biomédica, por exemplo.

A respeito do surgimento tardio, em comparação ao contexto acadêmico internacional, Guedes e Pereira (2000) trazem um panorama do cenário de estabelecimento das primeiras editoras universitárias, formadas no bojo da ditadura, nos anos 1970. Em sua primeira expansão, essas editoras atendem a interesses dos diretores das gráficas das próprias universidades, no intuito de padronização das publicações internas e melhor aproveitamento de

equipamentos; além das diretrizes do Ministério da Educação de fomento ao avanço científico e tecnológico nacional.

Nesse processo de constituição, destaca-se uma indefinição nos critérios que marquem a identificação das primeiras editoras universitárias e também imprecisão sobre suas competências, em virtude de um “período estacionário” que “corresponde à época de radicalização da ditadura militar, quando as publicações universitárias se restringiram aos materiais administrativos pelas imprensas e gráficas universitárias” (ALVES, 2016, p.30). Na década de 1980, em razão da necessidade de maior profissionalização da atividade, mudanças pressionam por uma “definição do projeto de cada editora (...), passando-se a pensar na edição como setor estratégico. Ganha corpo também um movimento por uma política geral de editoração, com importantes iniciativas em nível nacional” (ALVES, 2016, p.32).

O ano de 1991, segundo Guedes e Pereira (2000) marca um momento de inflexão no tocante ao papel político e às atribuições das editoras universitárias: o destaque conferido ao estabelecimento de uma política editorial que daria os rumos da instituição, mediante a definição do que deve ou não ser publicado, num contexto de privilégios à pesquisa aplicada. Ainda que cada editora tenha suas funções e papéis peculiares relacionados tanto à instituição a qual está vinculada quanto aos critérios de escolha de seu editor executivo e conselho editorial, ao longo dos anos percebe-se em comum nas trajetórias o fortalecimento de parcerias com cursos de pós-graduação, incentivando a produção acadêmica em áreas de interesse das universidades.

O caráter associativo, segundo Alves (2016) é determinante na definição do contexto das editoras universitárias no Brasil: “Os seminários nacionais, (...), feiras em conjunto e, por fim, a criação de uma associação, sem eliminar as muitas diferenças e particularidades, se destacam para a visibilidade nacional que alcançaram essas editoras, vide a presença em estande coletivo nas bienais” (2016, p.32). A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu), mencionada pela autora, foi criada em 1987 e atualmente congrega 120 editoras universitárias ou de instituições de pesquisa. Representa o esforço de união para o atendimento das demandas comuns e superação de obstáculos da edição

acadêmica, sinalizando o caráter associativo do setor. No contexto nacional, as dificuldades estão relacionadas a distribuição, comercialização e internacionalização dos livros, problemas estreitamente vinculados aos custos operacionais, orçamentos das instituições aos quais estão subordinadas e logística em um país de grandes dimensões.

Apesar de certos entraves constitutivos da produção editorial nacional, a publicação de livros não perde seu vigor e fôlego, não apenas em virtude do poder simbólico da obra intelectual, mas de peculiaridades que a distinguem de outros tipos de disseminação e organização do conhecimento acadêmico. O caráter mais hermético e pontual das informações dos periódicos científicos, marcado pela exigência de regularidade dessas publicações, assim como a questão dos públicos a que se destinam, são traços distintivos do conhecimento constituído em livros, como defende o ex-diretor da Editora Fiocruz, Paulo Gadelha (EDITORA FIOCRUZ, 2015): “O livro tem características muito especiais. Enquanto o artigo científico, muitas vezes, é voltado para uma comunidade específica e atende a critérios e finalidades mais técnicos, o livro tem uma transcendência, uma forma que atinge públicos mais amplos”. Vale ressaltar que os livros também predominam na formação acadêmica e a biblioteca ainda é fonte de obras raras, fundamentais na formação de várias áreas do conhecimento e muitas vezes esgotadas, não digitalizadas.

O potencial transformador da leitura e sua capacidade de abertura para releituras e outros textos torna o livro um objeto que ultrapassa sua materialidade de lombada, capa, páginas impressas ou virtuais, e o torna uma obra constantemente em reconstrução, atualizada ao ser lida, um hipertexto que leva a outros nós, leituras, memórias, saberes. O legado cultural do livro, ao mesmo tempo fechado em sua materialidade e forma, mas aberto a leituras, produto da civilização, como ilustrado por Houaiss no começo desta introdução, nos remete a questão fundamental dos profissionais envolvidos nas decisões de publicação, os intelectuais mencionados anteriormente, por meio de editorias científicas, conselhos editoriais orientados por linhas e uma política editorial.

Com a missão de “produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos voltados para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)” (PORTAL

FIOCRUZ, 2016), as publicações da Fiocruz abrangem revistas, livros e boletins, divididos entre científicos e institucionais. As revistas científicas estão reunidas desde 2005 no Portal de Periódicos e as institucionais na página Revistas, ambos com acesso pelo Portal Fiocruz. A Editora Fiocruz é uma das iniciativas da instituição no campo editorial e, apesar de concentrar a maioria dos livros lançados, a Fiocruz ainda conta com as publicações em forma de livros da Escola de Saúde Politécnica Joaquim Venâncio e do Instituto Oswaldo Cruz, com linhas editoriais que priorizam as missões e objetivos dos respectivos contextos institucionais.

Para o propósito específico da nossa pesquisa, centramos nossa análise na Editora Fiocruz, criada em 1993 como um projeto especial vinculado à presidência da Fiocruz. Seus primeiros livros foram publicados em 1994. Em seu organograma, a Editora dispõe de diretor, editor executivo, dois editores científicos e dez conselheiros editoriais, além de editores responsáveis pelas coleções, que não necessariamente fazem parte do conselho. As publicações podem ser monográficas ou coletâneas (vários autores, com um ou mais organizadores), de temas que abarquem os diversos campos da ciência e saúde pública. Caso não façam parte de coleções, os livros são caracterizados, no jargão próprio, como *de balcão*. Como editora acadêmica, a seleção de temas e o tratamento dado aos livros são coerentes com os critérios estabelecidos na política editorial, entendida como conjunto de práticas discursivas que reforçam e identificam a missão institucional, em relação de congruência.

Na classificação temática que orienta o leitor na busca de títulos, estabelecida no catálogo disponível na página da Editora na internet, encontram-se as divisões: biotecnologia e saúde; ciências biológicas e biomédicas em saúde; ciências sociais e saúde; educação, formação e recursos humanos em saúde; gênero; história, medicina e saúde; medicina, epidemiologia e bioestatística; metodologia e pesquisa; nutrição e alimentação; políticas públicas e saúde; saúde do trabalhador; saúde e ambiente; saúde mental; saúde pública; e violência e saúde. Incluídos nessa classificação, estão as obras pertencentes às seguintes coleções: Antropologia e Saúde; Criança, Mulher e Saúde; História e Saúde;

Loucura & Civilização; Saúde dos Povos Indígenas; Temas em Saúde; e a recém-criada Fazer Saúde, ainda sem títulos no acervo.

Cumprindo sua função de ampliar o espaço de construção do conhecimento e buscar novos interlocutores, Gadelha salienta que os livros e coleções da Editora desempenham a função de consolidar e organizar campos do conhecimento, tarefa que também corresponde aos cursos de pós-graduação e periódicos científicos: “Os livros e coleções da Editora Fiocruz sinalizam a existência de campos com produção acadêmica significativa e também induzem a realização de novos trabalhos direcionados a esses campos” (EDITORA FIOCRUZ, 2015). Induzir novos trabalhos em campos em que há produção maior de artigos do que livros, como o de políticas de saúde e o biomédico é uma das diretrizes da política editorial da Editora Fiocruz, como explica Cecília Minayo, conselheira editorial e uma das editoras responsáveis pela coleção Antropologia e Saúde. Para Ligia Maria Vieira, conselheira editorial, a qualidade de um livro serve de referencial para futuros pesquisadores, portanto, considera primordial “investir em livros que, embora sem grande apelo comercial, tenham potencial de servir como referência metodológica para determinadas áreas” (EDITORA FIOCRUZ, 2015).

Outra diretriz editorial é a de contemplar todas as áreas da saúde pública, de modo a fortalecer os livros como indicadores da qualidade da produção acadêmica não apenas da Fiocruz, mas de outras instituições de ensino e pesquisa, contribuindo para a democratização do conhecimento científico.

Na página da Editora na internet, por meio da análise da classificação temática, selecionamos os livros sob a categoria Ciências Sociais e Saúde, com o intuito de averiguar a produção acadêmica da saúde e sua interface com as ciências sociais e humanas, fruto da inquietação surgida durante a Especialização em Comunicação e Saúde realizada no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Ao longo do curso, os debates e reflexões promovidos em sala de aula a respeito da concepção ampliada de saúde, das mudanças de paradigmas na ciência, da determinação social da saúde e da constituição do próprio campo comunicação e saúde, conduziram o olhar para as

bordas dos discursos sobre a saúde e doença, suas interfaces com outras áreas e campos do conhecimento.

Para orientar e guiar esta pesquisa, baseamo-nos na definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de interdisciplinaridade que, em linhas gerais, indica uma troca de teorias e metodologias entre campos de classes diferentes tendo em vista a construção de um conhecimento que vise atender à complexidade de fenômenos de naturezas múltiplas (BRASIL, 2013). A constituição do campo das ciências sociais e humanas em saúde, seu histórico, trajetória e consolidação serão aprofundados no aporte teórico, mas nesta introdução, torna-se importante esclarecer que há uma correspondência entre o campo das ciências sociais e humanas em saúde e o catálogo da Editora Fiocruz, sem a qual parte de nossos objetivos e hipótese de pesquisa estariam fragilizados e inconsistentes.

É imprescindível esclarecer e delimitar a compreensão de campo; para tanto, utilizaremos a definição de Bourdieu (1976). A conceituação de campo científico como espaço de lutas pelo poder simbólico da posição de autoridade científica, em que há interesses em disputa, ao invés de uma visão conciliadora de comunidade científica que produziria uma ciência desinteressada é o ponto de partida para abordar questões teóricas como prática discursiva, gêneros dos discursos, *ethos*, entre outras que convergem para a natureza imbricada dos discursos e campos com os contextos históricos, sociais e políticos em que se produzem e se legitimam (BOURDIEU, 1976).

Nosso objeto de análise serão os textos de orelha e quarta capa de livros classificados na temática Ciências Sociais e Saúde, em razão das estabilidades enunciativas desses tipos de textos e de regularidades linguísticas observadas em tipos argumentativos de textos, visto que são produzidos com a finalidade de apresentar de modo convincente e atrativo a relevância, originalidade e pertinência das obras para os leitores. Os autores dos textos são escolhidos geralmente por critérios de reconhecimento, destaque e autoridade no campo de conhecimento a que se dispuseram a falar.

A produção bibliográfica na área da saúde é reveladora de um conjunto de escolhas baseadas nas linhas editoriais que, por sua vez, se relacionam a

contextos históricos, políticos e sociais mais amplos, objetivos institucionais e sujeitos implicados na produção do conhecimento. Na área da saúde, as editoras acadêmicas podem ser instâncias privilegiadas de mediação da produção acadêmica, por intermédio das diretrizes de sua política editorial. A cristalização de certos temas por meio dessas linhas editoriais orienta e baliza em certo grau o envio de originais, além de contribuir para a consolidação e fomento de campos de pesquisa, delineando o que é reconhecido como importante e interessante ou referendando imagens valorizadas de saúde e de ciência.

Neste projeto, com base na formulação de problemas de pesquisa que refletem questões embrionárias, esboçam-se objetivos gerais e específicos e uma hipótese que resume o pressuposto de que há relações de identidade e similaridade entre os discursos de fortalecimento do campo de conhecimento interdisciplinar das ciências sociais e humanas em saúde, como subcampo da saúde coletiva, e as instituições em que se forjam esses enunciados. Almeja-se que tais relações sejam visibilizadas por meio do arcabouço teórico e analítico escolhido para seleção e observação do nosso *corpus*, detalhados nas etapas seguintes.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

No campo da comunicação e saúde, levando em consideração o poder simbólico do livro como meio de difusão e ampliação do conhecimento em saúde e suas interfaces e, conseqüentemente, da Editora Fiocruz na configuração, consolidação e fortalecimento de campos de saber interdisciplinares, busca-se compreender:

- Como a Editora Fiocruz tem participado da configuração do conhecimento das ciências sociais e humanas em saúde?
- O que os temas e assuntos dos títulos publicados e autores nos revelam das práticas institucionais e da conformação dos campos de saber interdisciplinares no âmbito da saúde coletiva, considerando as disputas por posições de poder, autoridade e legitimidade próprias do campo científico?
- Qual a importância dos lugares de fala dos intelectuais selecionados para mediar e respaldar o conhecimento produzido por seus pares (os autores das obras)? Como se estabelece essa interlocução?
- Como desdobramento da questão anterior: que efeitos de sentido os lugares de fala dos autores dos livros estabelecem para a conformação de campos e subcampos dentro da saúde coletiva?
- O pluralismo temático e metodológico das ciências sociais e humanas em saúde se reflete no catálogo?
- Há disciplinas, temas e abordagens privilegiados dentro do campo das ciências sociais e humanas em saúde, levando em consideração a concepção ampliada da saúde e a determinação social da doença?

Ao longo do processo de análise é possível que surjam outras questões de interesse ou mesmo que o foco se volte para a resposta de algumas que resultem mais produtivas para os objetivos de pesquisa.

3 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral:

- Analisar o catálogo da Editora Fiocruz como expressão das práticas institucionais e disputas científicas envolvidas na afirmação das ciências sociais e humanas na conformação da saúde coletiva.

Os objetivos específicos são:

- Compreender o papel da Editora Fiocruz na consolidação e fortalecimento do campo das ciências sociais e humanas em saúde, por meio de análise discursiva de *corpora* produzido por autores convidados a escrever textos de orelha e quarta capa dos livros classificados no subcampo das ciências sociais e humanas em saúde.
- Entender, por meio da filiação institucional dos autores, redes que determinam as configurações do papel do intelectual e dos *ethé* dos lugares de fala autorizados.
- Apreender as imagens discursivas do campo das ciências sociais e humanas em saúde na produção acadêmica da Editora Fiocruz no período de 2011 a 2016.
- Mapear a interdisciplinaridade nos livros da Editora e a diversidade de temas e subtemas no campo.
- Historicizar o subcampo da saúde coletiva, fruto de disputas, de modo a ampliar a compreensão de sua posição no campo da saúde e nas áreas de conhecimento definidas pela Capes² e CNPq³.

² A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação responsável pela consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o país. Suas atividades se concentram, entre outras, na “avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimento na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; promoção da cooperação científica internacional” (Disponível em <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>>. Acesso em: 30 jan. 2017).

³ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma “agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros” (Disponível em <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Acesso em: 30 jan. 2017).

Assim como as questões levantadas como problemas de pesquisa podem conduzir a outras novas durante o processo de análise e amadurecimento teórico, os objetivos refletem as metas de uma etapa incipiente de reflexão sobre o objeto de análise, ainda que já sejam resultado de um esforço concentrado de mapeamento e classificação.

4 JUSTIFICATIVA

Em meu exercício profissional na Editora Fiocruz, lidando com livros que tratam de temas interdisciplinares, nas interfaces da saúde com história, antropologia, política, sociologia, entre outros, busco possíveis contribuições para a análise crítica do catálogo e da construção de coleções, com o intuito de compreender a produção acadêmica e a participação da Editora Fiocruz na configuração do conhecimento das ciências sociais e humanas em saúde.

O aporte de conhecimentos sobre a conformação da área da saúde no Brasil permitiu aprofundar e desvendar questões relacionadas às políticas públicas voltadas para o setor Saúde, à constituição do SUS, à mudança de paradigmas nos conceitos de saúde-doença e à emergência e consolidação do campo da comunicação e saúde, entre outros desdobramentos. No manejo desses saberes, deslindaram-se linhas de pesquisa possíveis e arcabouço teórico que acompanham esse novo olhar sobre a prática de produção de livros em uma editora acadêmica.

No esforço de apreensão da interdisciplinaridade no catálogo da Editora, trilhou-se o caminho das escolhas teóricas e metodológicas que permitissem compreender a constituição e configuração de um campo interdisciplinar na grande área da saúde, as disputas, as práticas discursivas, os lugares de fala, o papel dos intelectuais, as peculiaridades do livro acadêmico e a materialidade linguística dos discursos que o compõem, recorri a autores da análise do discurso francesa, a conceitos de campo científico, poder simbólico, lugar de fala e comunidades discursivas. Para contextualizar, revelou-se fundamental empreender uma retomada histórica da constituição da saúde coletiva e da incorporação das ciências humanas e dos processos de emergência da noção de determinação social da saúde, tendo em vista uma concepção ampliada da saúde.

5 HIPÓTESE

Parte-se da hipótese de que a Editora Fiocruz, por inserção institucional em uma fundação de pesquisa de prestígio em saúde pública no Brasil, modela campos de saber privilegiados nas pesquisas e estudos e que sua produção bibliográfica reflete ou induz práticas discursivas relacionadas às instituições e ao contexto sócio-histórico mais amplo, considerando-se a complexidade de objetos e temáticas do campo interdisciplinar das ciências sociais e humanas em saúde.

A leitura de artigos sobre essas interfaces e as aulas do curso de especialização em Comunicação e Saúde revelaram a atualidade da discussão sobre os esforços envidados para uma interlocução mais aprofundada entre campos disciplinares distintos, tendo como finalidade a pluralidade e a construção de um conhecimento total e coeso de objetos de naturezas complexas e multifacetadas como são as práticas, políticas, e processos na área da saúde. Sendo assim, a Editora Fiocruz soma-se aos movimentos que visam fortalecer e aperfeiçoar uma produção acadêmica consistente e reconhecida no campo interdisciplinar das ciências sociais e humanas em saúde.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os livros são objetos portadores de sentidos e são produzidos em consonância com políticas e diretrizes das instituições nas quais são organizados e editados. Para Darnton, “o livro pertence a circuitos de comunicação que operam dentro de padrões consistentes, por mais complexos que pareçam. Ao revelar esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não apenas relatam a história; eles fazem a história” (2010, p. 219). Em outras palavras, o livro não é mero veículo de reprodução de histórias, reflexo de realidades, mas sim uma forma de produzir histórias e realidades, decupar o saber e organizar conhecimento humano, tarefa realizada por profissionais, os editores, ou “guardiões de portais, responsáveis por controlar o fluxo do conhecimento” (DARNTON, 2010, p.16). A importância desse processo de seleção no circuito de comunicação específico no qual o livro se inclui recai sobre a legitimidade e autoridade desses profissionais, “o juízo dos editores, delineados por uma longa experiência no mercado das ideias, determinam aquilo que chega aos leitores, e numa era de sobrecarga de informação, os leitores precisam confiar mais do que nunca nesse julgamento” (DARNTON, 2010, p.16).

A literatura e a edição de livros acadêmicos, portanto, estão submetidas às regras de um jogo determinado por forças hegemônicas dominantes na sociedade em geral. Para entender essas coerções a que estão submetidos e que são reproduzidas por aqueles que fazem parte de esferas de atividades em disputas por posições de poder, autoridade e legitimidade, recorreremos à conceituação de campo científico proposta por Bourdieu:

é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente. (1976, p.1)

Para os propósitos de nossa pesquisa e o enfoque na interdisciplinaridade da saúde em sua interface com outros campos do conhecimento, como as ciências sociais e humanas, a definição de campo de Bourdieu ganha contornos específicos para a comunicação e saúde, que também dialogam com a

abordagem da análise do discurso adotada aqui (explicitada a seguir), na interpretação de Araújo e Cardoso:

consideraremos que campo é um espaço sociodiscursivo de natureza simbólica, permanentemente atualizado por contextos específicos, formado por teorias, modelos e metodologias, sim, mas também por agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação e, muito importante, por lutas e negociações. (2007, p.19-20)

A trajetória da conformação do campo das ciências sociais e humanas em saúde é ilustrativa desse processo de lutas simbólicas por espaços de visibilidade e legitimidade de percursos de construção de saberes próprios dessas disciplinas e que constituem suas inscrições em comunidades discursivas com identidades estáveis. Essa posição, ou “lugar de onde se fala pode definir a abordagem privilegiada e circunscrever os objetivos, as metodologias e as práticas” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p.20), ou seja, a inserção em certos campos do conhecimento indica um conjunto de coerções contextuais invisíveis que o delimitam em relação aos outros, demarcando, portanto, fronteiras indefinidas e porosas (BOURDIEU *apud* ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 20).

Importa ressaltar que a constituição de campos não é determinada somente pela capacidade técnica pura, dissociada da percepção social sobre a competência científica dos participantes de um campo científico; esse julgamento depende das posições na hierarquias das instituições acadêmicas, que lhe conferem mais ou menos prestígio, ou mais poder simbólico de “fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989), uma vez que “o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas não aparecendo como ‘desinteressadas’ senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos)” (BOURDIEU, 1976, p.2).

Antes de entender a trajetória de configuração da saúde coletiva, é importante entender o contexto do surgimento do conceito de determinação social da saúde. Ao longo do curso de especialização em Comunicação e Saúde, pudemos ter um panorama abrangente das diferentes concepções de saúde e de doença e sua historicidade. Entende-se que essas configurações diversas do

conhecimento sobre a saúde e a doença são orientadas ou mesmo subordinadas a paradigmas, como modelos explicativos que fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de cientistas por um certo tempo, determinando as regras e adesão a um conjunto de saberes (KUHN, 1991).

Ainda que não seja de nosso interesse nos determos nos processos de transição de paradigmas ao longo da história da ciência, recortamos e destacamos, para nosso propósito de pesquisa, desse longo processo de construção de sentidos, o momento de emergência da epidemiologia dos fatores de risco, uma vez que se buscava a superação da explicação unicausal baseada no agente etiológico, insuficiente para a explicação da ocorrência das doenças e também em virtude do aumento da expectativa de vida da população decorrente das melhores condições sanitárias que permitiram o controle das doenças contagiosas. As teorias multicausais para a explicação das doenças convergem com uma concepção ampliada de saúde, entendida como qualidade de vida, resultante de fatores diversos como justiça social, renda, ecossistema, moradia, saneamento, informação e educação; lançando o foco para a observação das determinações sociais da saúde.

A tensão entre as abordagens biomédicas e sociais/ambientais na conformação da saúde pública como campo científico resultou na preponderância de enfoques biomédicos, tecnológicos e individuais em certos momentos e enfoques ambientais, sociais em outros, conforme explicam Pellegrini e Buss (2007). No entanto, no ano de 2005, consolida-se a ênfase nos determinantes sociais da saúde com a criação da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial da Saúde, entrando na agenda da saúde.

Outro marco da reorientação para as abordagens exteriores à biomedicina é a Carta de Ottawa de 1986, apresentada na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em que se afirma que os principais determinantes da saúde são exteriores ao sistema de tratamento e, em razão da pluralidade de causas, a multissetorialidade deve ser a característica primordial da promoção da saúde, visando a “uma ação coordenada entre todas as partes envolvidas: governo, setor saúde e outros setores sociais e econômicos, organizações voluntárias e não governamentais, autoridades locais, indústria e mídia” (Carta de

Ottawa, 1986). Por meio da Carta, reforça-se o enfoque da determinação social da saúde, entendida como um complexo que reúne os fatores sociais, econômicos, culturais, etnicorraciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco na população.

Reverendo alguns marcos da construção do campo das ciências sociais em saúde (a inclusão da denominação humanas ocorre em momento posterior), Nunes retoma historicamente os eventos na área das ciências sociais em saúde em meados dos anos 1970 e uma “clara insatisfação com os modelos de ensino e com a bibliografia que vinha sendo utilizada” (NUNES, 1992, p.65-66), e que apenas na segunda metade dessa década ocorre a fase de institucionalização e o período de “identidade e legitimação” (1992, p.68). Em esclarecimentos à denominação ciências sociais em saúde, o autor considera “sob certos aspectos, secundária, na medida em que o fundamental está no equacionamento da proposta que visa não somente compreender a dimensão social das práticas de saúde, mas também como o processo saúde-doença é, em essência, um processo social” (NUNES, 1992, p.75).

A trajetória histórica da ideia e do conceito de saúde coletiva na América Latina é periodizada por Nunes (1994), que evidencia suas raízes no projeto preventivista e na medicina social. A primeira etapa, denominada por Nunes de “pré-saúde coletiva”, em que se instaura o projeto preventivista, estende-se da segunda metade dos anos 1950 por 15 anos. O debate central dessa fase tinha como objetivo “criticar a biologização do ensino, calcado em práticas individuais e centradas no hospital, não somente introduzir outros conhecimentos, mas fornecer uma visão mais completa do indivíduo” (NUNES, 1994, p.7). O período também se caracteriza pela formação de sanitaristas e introdução de conceitos sociológicos, antropológicos, demográficos, epidemiológicos e ecológicos na construção do conhecimento em saúde.

A segunda fase, da medicina social, que perdura até o fim dos anos 1970, é marcada por um contexto de crise e recessão na economia dos países latino-americanos e a conseqüente piora nos níveis de saúde da população. Nunes (1994) salienta que, embora a expressão medicina social tenha sido cunhada em 1848 na França, sua ideia só reaparece em 1952 em reunião da OMS, período

em que a inclusão da dimensão social nos currículos das escolas de medicina já era considerada fundamental no contexto internacional. No plano nacional, Arouca capta a proposta da medicina social num momento de discussões teóricas intensas sobre as relações saúde-sociedade: “definir um objeto de estudo nas relações entre o biológico e o psicossocial. A Medicina Social, elegendo como campo de investigação estas relações, tenta estabelecer uma disciplina que se situa nos limites das ciências atuais” (AROUCA *apud* NUNES, 1994, p.13).

A terceira fase, a da saúde coletiva, é concretizada com a criação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), catalisando interesses de reformulação da formação de pessoal no campo da saúde e captando o mal-estar com as orientações da saúde pública e da medicina social até então. Segundo Nunes (1994), a “saúde coletiva passa a se estruturar como um campo de saber e prática” (p.16), posto que sua emergência no contexto nacional, em fins da década de 1970, se estrutura em três vertentes: corrente de pensamento, movimento social e prática teórica. O autor ressalta que a pauta da saúde coletiva se fortaleceu no fim da década de 1980 em razão das iniquidades sociais traduzidas em uma concentração de renda e pobreza crescentes, além da não concretização de reformas no sistema de saúde.

Essa dupla origem da saúde coletiva, constituída na fronteira entre o biológico e o social é determinante de uma nova ordem de pensar a saúde, os determinantes da produção social das doenças e como organizar os serviços.

Fundamentando-se na interdisciplinaridade como possibilitadora da construção de um conhecimento ampliado da saúde e na multiprofissionalidade como forma de enfrentar a diversidade interna ao saber/fazer das práticas sanitárias, a saúde coletiva, no plano concreto dos conteúdos a serem transmitidos, necessita (...) pensar o geral e o específico. Ou seja, sem perder o núcleo central que a legitima e a distingue como área – de saber, de reflexão e crítica do social/coletivo – estar atenta para a formação de determinadas áreas de concentração. (NUNES, 1994, p.19)

A interdisciplinaridade constitutiva dos enfoques sociais e humanos em relação à saúde confirmam sua legitimidade por meio da Abrasco e sua importância para a consolidação de cursos de pós-graduação na área da saúde coletiva, assim reconhecida por Canesqui:

A Abrasco continua contribuindo na (...) formulação dos conteúdos de ciência e tecnologia na área [da saúde coletiva] (...), refletidos ainda no amadurecimento das ciências sociais e humanas em saúde, na formulação de ajustes e de novos parâmetros de julgamento de sua produção acadêmica, persistindo a meta atual de promover sua identidade nas instituições de ciência e tecnologia, sempre a partir da multidisciplinaridade. (2008, p. 219)

A incorporação das ciências humanas às ciências sociais em saúde ocuparam as discussões da comissão formada pela Abrasco, a princípio intitulada Comissão das Ciências Sociais em Saúde, no fim dos anos 1990, “sugerindo a mudança da denominação da comissão para Comissão das Ciências Sociais e Humanas em Saúde, à medida que não se tratava apenas de abordar, na Saúde Coletiva, o social, o econômico e o político, mas outras dimensões, como a ética, emocional, filosófica, histórica e antropológica” (CANESQUI, 2008, p.229). No início da década de 2000, altera-se o nome da comissão incluindo as ciências humanas e em 2005, durante um congresso da Abrasco, uma oficina debate as ciências sociais e humanas no âmbito da saúde coletiva, “traçando novas diretrizes para equacionar os problemas prioritários da área, especialmente sobre seu necessário reconhecimento pelas agências de fomento e da Capes, e a necessária revisão de julgamento e inclusão de sua produção científica” (CANESQUI, 2008, p.234-235).

As lutas e negociações ao longo da constituição do campo estão bem visíveis e persistem em se processo de consolidação e fortalecimento, sempre se atualizando em novos contextos políticos e institucionais e, embora as interlocuções se ampliem entre os campos do conhecimento, permanecem “as dificuldades da geração de conhecimentos híbridos, as tensões existentes no campo e os compromissos com a constituição do SUS” (CANESQUI, 2008, p.227).

Os autores (Canesqui e Nunes) por vezes utilizam o termo *campo*, no caso de Nunes, em menção às ciências sociais em saúde; e *área* e *subárea*, no caso de Canesqui, em referência à saúde coletiva e às ciências sociais e humanas em saúde. Conforme nossa proposta de ancoragem teórica nos conceitos de Bourdieu e de Araújo e Cardoso, interessa-nos fundamentalmente os efeitos de sentido que as diferentes especializações e formas de organizar e dividir o

conhecimento criam em suas interlocuções e interseções de teorias, metodologias convocadas pela interdisciplinaridade.

Captar os efeitos de sentido dessa interdisciplinaridade nos livros da Editora Fiocruz requer a adoção de um conceito de língua e de comunicação que a análise do discurso (AD) de orientação pragmático-enunciativa francesa indica satisfazer, tendo como eixo o conceito de discurso, de acordo com Maingueneau (1997). Para a AD francesa o sentido está no discurso, objeto heterogêneo por natureza, cindido pelo social e por sua materialidade linguística. O discurso se articula com as instituições que restringem sua enunciação, com a cristalização de conflitos históricos, sociais etc (MAINGUENEAU, 1997).

A disciplina ou campo teórico conhecido como Análise do Discurso passou, ao longo de seu desenvolvimento e apropriações nas diversas instituições onde foi albergada, por modificações e devido à polissemia do termo “discurso”, a disciplina foi conduzida a “uma circulação incontrolável”, sendo requerida pelas ciências humanas que trabalham de alguma forma com a produção da linguagem (MAINGUENEAU, 1997, p.11).

Se, como foi visto, o sentido para a AD está no discurso, é preciso delimitar esse objeto, criar um dispositivo de observação que permita interpretá-lo. Para tanto, o analista do discurso, como outros pesquisadores, trabalha com *corpora*: “Isso significa que ele delimita, põe em correspondência, organiza fragmentos de enunciados mais ou menos longos e mais ou menos homogêneos para submetê-los à análise” (MAZIÈRE, 2007, p.14). Nesses *corpora* o investigador pode apreender a língua em funcionamento, comprovando a imbricação radical de enunciado e enunciação, uma vez que não se opera a separação do enunciado (este sim dado) da estrutura linguística e tampouco das condições de produção sócio-históricas.

A construção do *corpus* de análise está relacionada a hipóteses sobre o que importa mostrar, de acordo com objetivos traçados sem que, no entanto, a análise venha apenas a reduplicar o saber do analista. Para tanto, é preciso “renunciar ao sonho de uma interpretação fechada garantida por uma leitura explicitada em proveito de uma leitura-escrita e de uma ‘política de interpretação’

que se basearia na avaliação das forças de interpretação em uma conjuntura” (MAZIÈRE, 2007, p.61).

Posto que a articulação do dizer com seu contexto é irreduzível, é pertinente desenvolver como se dá a articulação entre o discurso e o que está fora dele. Alguns autores denominam esse “fora” de “condições de produção”. Segundo Orlandi, essas condições incluem os sujeitos e a situação, que pode ser entendida no sentido lato, como o contexto sócio-histórico amplo; e no sentido estrito, como as circunstâncias da enunciação. Para a autora, fazem parte ainda das condições de produção a memória discursiva e o interdiscurso (2006, p.15).

Maingueneau, por sua vez, considera a noção “condições de produção” insuficiente já que não apenas afirma que os trabalhos que utilizam essa nomenclatura “contribuem para remodelar uma apreensão excessivamente primária das relações entre o discursivo e o ‘extradiscursivo”” como também não destacam “a importância de uma instância muito desconhecida, aquela das comunidades que a enunciação de uma formação discursiva pressupõe” (1997, p.54).

Buscando abarcar a comunidade discursiva, o conceito de prática discursiva de Foucault, entendido por este como sistema regulador que atua dentro da formação discursiva, é reformulado por Maingueneau e passa a ser compreendido como processo organizacional que estrutura as duas vertentes do discurso, a social e a textual, uma vez que “não existe relação de anterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua imbricação” (1997, p.55).

Sendo assim, a prática discursiva integra dois elementos: a formação discursiva e a comunidade discursiva que é entendida como “o grupo ou a organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p.56). Em relação às formações discursivas, Mariani destaca que elas mudam com o decorrer do tempo, “podendo vir a desaparecer numa época e reaparecer em outra”, mantendo relações entre si que podem ser “de aliança, antagonismo, inserção, apagamento etc” (1997, p.21).

Os conceitos de formação e comunidade discursiva nos remetem às instituições e aos grupos que a constituem, onde se produzem os discursos. A antropóloga Mary Douglas apresenta um enfoque sobre a possibilidade de existência e funcionamento das instituições. No cerne das organizações está, segundo Douglas, a disposição para o acordo, a formação de consensos que possibilita uma estabilidade e identidade “para que o discurso seja possível, as categorias básicas têm de ser acordadas. Só as instituições podem definir a semelhança. A similaridade é uma instituição” (DOUGLAS, 1986, p.79). No âmbito acadêmico, os cientistas e intelectuais, organizados em instituições, criam essas classificações por meio de um esforço concentrado de tempo e energia mental que cria categorias próprias, distintas das analogias “encontradas da sociedade circundante” (DOUGLAS, 1986, p.79).

Por um lado, esse trabalho dos cientistas e intelectuais, que envolve uma alta complexidade e lógica, pode isolá-los, ainda que tais classificações sejam fruto de pressões sociais externas. Douglas localiza essa tensão e disputas pela negociação de saberes, fruto das interações sociais: “A teoria científica é o resultado de uma luta entre classificações a serem desenvolvidas para fins profissionais por um grupo de cientistas e as classificações a serem operadas num ambiente social mais amplo. Ambas estão emocionalmente carregadas. Os dois tipos de classificação dependem da interação social” (1986, p.80). Vale frisar o uso de “emocionalmente” como uma forma de inscrever os sujeitos na produção desses discursos teóricos, seu caráter simbólico, desmistificando a propalada objetividade dos critérios científicos; neste aspecto, retomamos Bourdieu, mencionado anteriormente, ao caracterizar a prática científica como fruto de interesses específicos e não apenas uso de uma técnica pura, baseada na observação exaustiva de categorias que seriam inerentes na natureza.

A constituição das instituições por identidade e estabilização de conflitos, ainda que eles existam, pode resultar em “entricheiramento místico, moral e social” (FLECK *apud* DOUGLAS, 1986, p.80). Articulamos essa formulação teórica ao conceito de formações discursivas, em virtude da “capacidade de modelar as interações dos membros da sociedade” (DOUGLAS, 1986, p.84), uma vez que, como exposto antes, também as formações discursivas podem criar

relações de aliança e inserção que variam conforme contextos históricos, políticos e sociais.

As relações de similaridade quando bem estabelecidas, tornam-se evidentes, intrínsecas, quando não são naturais ou óbvias: “Construir parença é uma actividade intelectual essencial que permanece despercebida” (DOUGLAS, 1986, p.85). A naturalização, as repetições, os clichês, desse ponto de vista seriam cristalizações de classificações já bem enraizadas em uma cultura a tal ponto que não são questionadas ou desconstruídas por outros argumentos ou outros exercícios intelectuais. Nesse aspecto, parece pertinente traçar um paralelo com a abordagem da análise do discurso de investigação das camadas de sentido de toda enunciação, resultado de práticas discursivas de uma dada comunidade discursiva.

A ideia de que toda teoria começa de uma divisão, de um modo de classificação que exclui outros, igualmente possíveis, e, portanto, cria uma polarização que separa o esforço de classificação dos cientistas e intelectuais dos demais princípios de categorização utilizados na sociedade é interessante para compreendermos a conformação dos campos e subcampos do conhecimento. Ao aderirmos a uma teoria ou instituição, dessa forma, estamos criando relações de aliança, por um lado, e de oposição a outras teorias e instituições. Essas transações e negociações são concretizadas em discursos, materializados, entre outras formas, por textos.

A decisão de trabalhar com textos de quarta capa e orelha advém das características regulares observadas nesses tipos de enunciados. Bakhtin chamou de gêneros do discurso ao conjunto de enunciados que apresentam certas estabilidades observáveis. A diversidade dos gêneros discursivos é tão ampla e variada quanto são as esferas onde atuam os homens. Segundo Bakhtin (2006, p.283): “Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso chegam à nossa experiência [...] em conjunto”. O foco na enunciação, no pôr em prática a língua está determinado pela existência de falantes e ouvintes que não assumem papéis de transmissores-receptores, mas sim percebem e compreendem o enunciado

como uma possibilidade de diálogo, de interação, de resposta a outros enunciados: “a expressão do nosso enunciado é determinada não só [...] pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (BAKHTIN, 2006, p.297).

Partindo do objetivo de apreender as imagens discursivas do campo das ciências sociais e humanas em saúde na produção acadêmica da Editora Fiocruz, o conceito de *ethos* nos abre um caminho para análise dos lugares de fala e de interlocução de Bourdieu (1998). Maingueneau (2005) destaca a tradição retórica da noção de *ethos*, mas desenvolve uma própria para o quadro conceitual da análise do discurso. Nesse sentido, elabora uma concepção do termo que amplia o de estratégia de persuasão por argumentos e, portanto, restrita a textos do tipo argumentativo, e reformula o *ethos* como “processo mais geral da adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva” (2005, p.69).

O autor parte do pressuposto de que existam textos de certos gêneros de discurso no qual o objetivo não é “uma adesão imediata” embora devam “conquistar o público que tem o direito de ignorá-los ou de recusá-los” (MAINGUENEAU, 2005, p.70). A esse propósito de captar a atenção dos interlocutores, Maingueneau (2004, p.14) esclarece que o “o *ethos* não age no primeiro plano, mas de maneira lateral; ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário”. Ou seja, muitas vezes o *ethos* visado pode não coincidir com o *ethos* produzido, uma vez que depende das disposições dos interlocutores, de sua reflexão sobre a enunciação. E ressalta que os efeitos produzidos nos interlocutores não são impostos pelos sujeitos da enunciação, como senhor de seu dizer, mas pela formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997).

O lugar de fala é entendido como o lugar que se ocupa na topografia social, institucional, ou seja, é de certo modo estático pois relativo a uma posição na estrutura social ou institucional; ao passo que o lugar de interlocução é o lugar que se ocupa em relação ao outro, um lugar situacional que só pode ser estabelecido na e pela interlocução, isto é, ele é construído e reivindicado como próprio, e a partir dele nos relacionamos com uma exterioridade. Esse lugar de

pertencimento dos interlocutores aos campos de força que se defrontam no espaço comunicativo determina de modo decisivo as estratégias discursivas utilizadas (BOURDIEU, 1998).

7 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso da definição do *corpus* de análise está orientado pelos objetivos de pesquisa e por escolhas teóricas que estabelecem formas de olhar específicas. De acordo com nossas opções teóricas, interessa-nos trabalhar com discursos em sua materialidade linguística, ou seja, textos em seus contextos, dotados de estabilidades enunciativas observáveis que os caracterizem como gêneros discursivos.

O primeiro passo de testagem de recorte e seleção de material de análise prolífico começou com a consulta ao catálogo da Editora Fiocruz, disponível em sua página na internet, cuja subdivisão interna (“Lançamentos”, “Títulos de A a Z”, “Classificação Temática”, “Coleções” e “Catálogo em PDF”) serviu de guia facilitador para o recorte pretendido por classificação temática no catálogo da Editora Fiocruz <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/classificacao-tematica>>. A divisão por temas de interesse para o leitor, conforme descrito anteriormente na Introdução, sugere assuntos e campos de interesse com produção acadêmica visibilizada na área da saúde. De todos os temas, destacamos um deles, a classificação “Ciências Sociais e Saúde”, que contempla as publicações que estão na interface da saúde com as ciências sociais e humanas, conforme nosso objetivo de mapear a produção bibliográfica com caráter interdisciplinar.

Elencados na etiqueta “Ciências Sociais e Saúde”, listamos os seguintes números:

- 130 livros, no total, desde 1994;
- 113 livros, de 2000 ate 2016;
- 17 livros esgotados;
- 11 livros esgotados na versão impressa, mas com acesso livre no SciELO Livros⁴;

⁴ A Rede SciELO Livros é uma plataforma tecnológica e metodológica que “visa a publicação online de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos com o objetivo de maximizar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam” (SciELO Livros, 2016). Trata-se de um projeto liderado e financiado por um consórcio formado pelas editoras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Federal da Bahia e Fundação Oswaldo Cruz.

- 48 livros de 2011 a 2016, dois deles esgotados, representando aproximadamente 37% do total de livros com essa classificação temática.

Por meio da leitura dos números, extraem-se ao menos dois dados significativos: dos mais de 400 títulos, a produção na interface da saúde com as ciências sociais e humanas representa quase 33% do total de livros; e o recorte temporal da produção nos últimos cinco anos se revela interessante por concentrar metade da expressiva publicação dos anos 2000 até 2016.

Dos 46 livros disponíveis, pretende-se analisar não só a abrangência e frequência dos temas por meio dos títulos, como parte do objetivo de configurar o panorama das ciências sociais e humanas em saúde no catálogo da Editora Fiocruz, mas também, e fundamentalmente, as imagens discursivas do campo nos textos acessórios que fazem parte dos livros (orelhas e quartas capas), mediante entradas analíticas fornecidas pela análise do discurso de base enunciativa.

As finalidades enunciativas desses gêneros discursivos são as de convencimento, argumentação, valorização e enaltecimento da obra e da autoridade de seus autores em determinado campo do conhecimento humano, justificando sua atualidade, relevância ou pertinência de acordo com o estado da arte do assunto no campo de conhecimento, em contextos particulares de produção. Portanto, em razão dessas especificidades, pressupõe-se que algumas marcas linguísticas estarão presentes: adjetivos, advérbios qualificadores, descritores, e outras que possam ser produtivas ao longo do processo de análise, de acordo com os objetivos definidos para a pesquisa.

7.1 ENTRADAS ANALÍTICAS

Ao propor a análise de textos organizados em gêneros do discurso, o recurso às modalidades mostrou-se produtivo por registrar relações entre os enunciados e o posicionamento do falante perante o enunciado que produz. Essas determinações modais permitem detectar traços de subjetividade e por modos de tratamento dos interlocutores configuradores de *ethé* e práticas discursivas que resultarão na análise proposta.

Tomando-se por base a caracterização de hipóteses dos traços de gênero relacionados a uma construção enunciativa típica de livros – orelhas e quartas capas – propõe-se a construção do *corpus* baseados na comparação de sequências discursivas a partir do eixo temático que nos importa tornar visível: a interdisciplinaridade nos livros categorizados no campo das ciências sociais e humanas em saúde.

Com esse intuito, pretende-se investigar os diversos tipos de lexicalização das modalidades: auxiliares modais (poder, dever, querer, precisar etc); predicados cristalizados (é certo, é preciso, é necessário, é provável); advérbios modalizadores (provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente etc); formas verbais perifrásticas (dever, poder, querer, etc + infinitivo); modos e tempos verbais; verbos de atitude proposicional (eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho etc); operadores argumentativos (pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo etc).

Além desses, a análise dos tempos verbais do indicativo também é proveitosa para nossos objetivos, uma vez que designam valores conjecturais, potenciais e irrealis, manifestando atitude epistêmica particular do locutor (CERVONI, 1989, p.72).

Cabe ressaltar que não é possível fechar a metodologia e as formas de operacionalizar conceitos teóricos. Outras entradas podem mostrar-se produtivas e interessantes para nosso propósito de pesquisa, ao logo do processo de seleção e montagem do *corpus*.

8 EXERCÍCIO EXPLORATÓRIO DE ANÁLISE

No processo de investigação da composição do catálogo da Editora Fiocruz, observou-se que, dentro da classificação “Ciências Sociais e Saúde”, os últimos cinco anos (2011-2016) concentram uma produção substancial de títulos, o que motivou a escolha de uma obra publicada em 2014 (*Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas*, organizado por Kátia Lerner e Igor Sacramento) para um exercício exploratório de análise.

Antes de nos debruçarmos sobre os textos de orelha e quarta capa desse livro, tendo em vista nossos objetivos de pesquisa já mencionados, salienta-se que, embora não nos interesse uma análise de conteúdo da obra e do seu alcance conceitual, é importante apresentar uma sinopse do título para uma compreensão sobre o contexto de produção dos textos, os lugares de fala estabelecidos na interlocução entre os autores e os efeitos de sentido em circulação sobre o tema da obra.

Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas é uma coletânea que traz pesquisas e discussões sobre as representações de saúde e de doença na narrativa jornalística, análises da mediação jornalística no tratamento de temas da área da saúde e as configurações e delimitações dos campos da comunicação e da saúde. As interfaces contemporâneas da comunicação com a saúde, como o próprio título explicita, são o ponto de partida para análises de caráter teórico, metodológico e prático. Finalista do 57º prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, a obra conta com textos de orelha e quarta capa assinados por pesquisadores da área da comunicação.

A relevância e atualidade do livro são assinalados nos textos de orelha nas seguintes sequências: “trata especialmente da interação entre dois eixos de poder cruciais nos nossos dias: o poder da vida, representado pelo campo da saúde, e o poder de constituir a realidade, atributo do campo midiático”. A escolha do vocábulo poder e do adjetivo crucial sublinha a robustez do assunto e ratifica sua contemporaneidade na expressão “nos nossos dias”. A qualidade de atual, na ordem do dia, também é destacada em outro trecho, em que se emprega um termo característico do jargão do jornalismo, “pautar”: “capaz de pautar em algum momento o rumo do nosso olhar, entendimento, posicionamento, decisões”. O

efeito de sentido criado por essas escolhas sugere uma inserção na esfera do jornalismo, como um campo de saber com suas particularidades, uma delas é a valorização da novidade, do que está em vigor.

Como gênero do discurso com certas estabilidades enunciativas, os textos de orelha costumam ressaltar o currículo ou biografia dos autores da obra resenhada. Esse aspecto temático da composição do gênero está presente no trecho em que a legitimidade dos autores do livro e sua credibilidade no tratamento do tema é garantida por sua inserção em um “coletivo de pesquisa e ensino comprometido com as questões contemporâneas que inquietam a sociedade”. A inscrição dos autores como pesquisadores com vínculo acadêmico configura uma imagem discursiva valorizada do saber intelectual, produzido em instituições de pesquisa e ensino e, portanto, autorizado. As instituições, como vimos, de acordo com Douglas (1986), “conferem identidade”.

As virtudes da obra são construídas discursivamente nas demais sequências: “para enriquecer essas e outras reflexões”; “dão a perceber com mais nitidez a configuração”; “se aprofundam as discussões conceituais e metodológicas”; “sem abrir mão do rigor teórico”, entre outras que, por meio de predicados de valor semântico positivo que qualificam o conteúdo.

Por fim, outra regularidade do gênero orelha é a delimitação dos leitores preferenciais da obra: “*Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas* interessa a todos que estão imersos no universo cada vez mais amplo da comunicação & saúde (...) seja seu lugar de observação o das ciências da saúde (particularmente a saúde coletiva) ou o das ciências da comunicação”. Ainda que não sejam apenas esses os leitores possíveis, a definição do provável público de interesse estabelece um perfil específico e segmentado, característica de publicações acadêmicas dirigidas aos que pertencem a uma formação discursiva homogênea. O desejo de abertura para o diálogo interdisciplinar, entretanto, está insinuada na última frase do texto, cuja subjetividade é marcada pelo uso do modo subjuntivo na expressão de uma vontade do autor “Que sua leitura seja o ponto de partida para novas, promissoras e desejadas interlocuções”.

A quarta capa do livro, texto mais curto, composto geralmente por dois ou três parágrafos, por sua estrutura sucinta, condensa as qualidades da obra e

costuma ser o primeiro contato do futuro leitor ao manusear o livro em busca de antecipação do conteúdo ou respaldo para a leitura. Essa particularidade lhe confere um estatuto mais privilegiado por seu alcance e maior visibilidade, sendo dedicado, portanto, a autores reconhecidamente consagrados no campo ao qual a publicação se dedica. A imagem discursiva – no caso o *ethos* não visado pelo autor convidado a escrever esse tipo de gênero, mas que antecede sua enunciação –, ou seja, a imagem do intelectual recriada e atualizada a partir de uma memória dos leitores que compartilham uma comunidade discursiva comum, adquire, em certas obras, maior importância do que o escrito. As variáveis *quem fala* e *de onde fala* modelam o que é dito e os efeitos de sentido percebidos pelo leitor.

O lugar de fala prestigiado do autor da quarta capa (de uma instituição diferente daquela dos organizadores da coletânea), credenciado por sua experiência na comunidade acadêmica se traduz na enunciação por uma despretensão argumentativa e pelo recurso a adjetivações que cumprem o papel de qualificar, de forma mais categórica. Destacamos os seguintes fragmentos do texto da quarta capa: “o campo da saúde encontra-se com o da comunicação em múltiplas perspectivas, com desenvolvimentos surpreendentes. E pioneiros, pode-se afirmar”; “no momento em que a informação coletiva atinge proporções ao mesmo tempo riquíssimas e caóticas. Um livro a ser lido”. O papel do intelectual, neste caso, é não só o de fortalecer o campo e conferir sua legitimidade em razão de seu lugar de fala destacado, mas também o de estabelecer ou aperfeiçoar relações de aliança entre instituições por meio da criação de identidade e consenso.

No Quadro 1 a seguir, listam-se as vinculações institucionais dos 15 autores da coletânea e dos dois organizadores, levando-se em conta as inserções profissionais de cada um até o ano da publicação da obra, com o ensejo de mapear as redes de conhecimento e as interlocuções estabelecidas dentro do campo da comunicação e saúde.

Vale salientar que as informações profissionais e as informações acadêmicas são elaboradas pelos próprios autores, seguindo um formato padrão: formação acadêmica, maior titulação e vínculo profissional corrente. Cabe aos

autores destacar se desejam incluir dados que ressaltem aspectos da trajetória, como coordenações, diretorias, entre outros, que considerem relevantes para o espaço. Em relação às formações superiores dos autores, destacamos uma diversidade de perfis, ainda que com predomínio do jornalismo: 11 jornalistas, dois cientistas sociais, um economista e um biólogo.

Quadro 1 – Autores e instituição de origens

	Instituições e Departamentos*					
	Fiocruz PPGICS (Icict)	Fiocruz PPGIOC e PPGCOC	UFF Dep. Com.	Univale Dep. Com.	Unicamp Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo	UFRJ PPGCC da Escola de Comunicação
mestrando	1					
docente	3		3	1		1
colaborador					1	
bolsista de pós-doutorado						1
pesquisador	2					

⁵ Quadro elaborado conforme as informações disponíveis nas biografias resumidas fornecidas pelos autores da obra, disponíveis em página específica para este fim, nas partes pré-textuais do livro, antes do sumário.

*Lista de siglas:

Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz

PPGICS – Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde

PPGIOC – Programa de Pós-Graduação do Instituto Oswaldo Cruz

PPGCOC – Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz

Dep. Com – Departamento de Comunicação

Icict – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Univale – Universidade Vale do Rio Doce

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

PPGCC – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ

pesquisador e docente		1				
doutorando	1					

Por meio da leitura dos dados do Quadro 1, permite-se estabelecer algumas considerações sobre as instituições e intelectuais em relações de aliança no campo da comunicação e saúde, como: o predomínio de autores da região Sudeste, que pode refletir o estreitamento teórico forjado em encontros, seminários, congressos nas instituições do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais; apesar da maioria de jornalistas, as outras formações na área das ciências sociais e uma da ciência biológica demonstra um campo com abertura interdisciplinar; a composição formada por docentes e pesquisadores em sua maioria de duas instituições (Fiocruz e UFF) pode indicar uma rede de conhecimento baseada em relações de similaridade das filiações teóricas e esforços comuns de fortalecimento do campo.

Tais observações podem ser enriquecidas com a inclusão de outras categorias de análise e comparação com outros dados, como a escolha das temáticas, metodologias e recortes dos objetos analisados nos capítulos do livro, mas atendem, a princípio, parte dos objetivos de mapear as conformações do campo interdisciplinar da saúde coletiva por meio das vozes convocadas, dos discursos, dos temas e de suas instituições.

10 REFERÊNCIAS

- ALVES, M. **Edição de Livros Digitais e Uso da Plataforma SciELO por Editoras Universitárias Brasileiras**, 2016. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, E. **A Construção do Livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.
- ARAÚJO, I. & CARDOSO, J. **Comunicação & Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 1976; 2/3: 88-104. Tradução de Paula Montero.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BRASIL. Documento de área 2013 – Área Interdisciplinar. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2016.
- CANESQUI, A. As ciências sociais e humanas em saúde na Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. 2008; 18 (2): 215-250.
- CARRETER, L. **La Cultura del Libro**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1998.
- CARTA DE OTTAWA. PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. Ottawa: novembro de 1986. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.
- CERVONI, J. **A Enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- DARNTON, R. **A Questão dos Livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DOUGLAS, M. **Como Pensam as Instituições**. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.
- EDITORA FIOCRUZ 20 ANOS E MAIS. Livreto eletrônico. 2015. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/editorafiocruz_20anos_email.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- GUEDES, M. & PEREIRA, M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? *São Paulo em Perspectiva*. 2000; 14(1): 78-84.

KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org). **Imagens de si no Discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2005.

MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, E. As ciências sociais em saúde: reflexões sobre as origens e a construção de um campo de conhecimento. *Saúde e Sociedade*. 1992; 1 (1). DOI: 10.1590/S0104-12901992000100007. Acesso em: 22 nov. 2016.

NUNES, E. Saúde coletiva: história de uma ideia e de um conceito. *Saúde e Sociedade*. 1994, 3 (2): 5-21.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: MORAES, D. (Org.). **Combates e Utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORLANDI, E. P. (org.). **Introdução às Ciências de Linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PELLEGRINI, A. & BUSS, P. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007.

PORTAL FIOCRUZ. Publicações. 2016. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/publicacoes>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SANTOS, M. O intelectual, a universidade estagnada e o dever da crítica. In: MORAES, D. (Org.). **Combates e Utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCIELO LIVROS. Portal. Introdução. Disponível em: <<http://books.scielo.org/introducao/>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

VILLAÇA, N. **Impresso ou Eletrônico: um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.